



II Congreso Internacional de Geografía Urbana

Ciudades bajo presión. Periferias como opción

Mesa Temática: 1 - Gestión pública y Ordenación territorial

PROJETO “BOM ABRIGO” PARA A REGIÃO CHICO MENDES (FLORIANÓPOLIS, BRASIL): A TERRA EM MOVIMENTO

Pereira, Amanda Cristina França, amandaxcristina@hotmail.com

Pozzo, Renata Rogowski, sul.renate@gmail.com

Universidade do Estado de Santa Catarina

Resumen

Este artículo presenta un estudio sobre el Proyecto Bom Abrigo para la región Chico Mendes (PBA-CM), desarrollado entre 1999 y 2007 por el Ayuntamiento Municipal de Florianópolis (Santa Catarina, Brasil) a través del programa nacional Habitar Brasil con recursos del BID (Banco Interamericano De Desarrollo). El proyecto de regularización fue implantado en el barrio popular Monte Cristo, en la frontera con el municipio de San José, y abarca las comunidades Chico Mendes, Nuestra Señora de la Gloria y Novo Horizonte. Se considera este proyecto como un marco simbólico referente a la forma como la pobreza urbana es históricamente tratada por el poder público de la ciudad de Florianópolis. El PBA-CM, por concentrarse en el aspecto físico de la regularización, se revela como un tratamiento paisajístico de la pobreza, con consecuencias sociales graves para las comunidades comprendidas, principalmente la profundización de la segregación socioespacial. La imagen contemporánea de Florianópolis fue construida a costa de la exclusión territorial de grandes poblaciones a lo largo de muchas décadas. Paradójicamente, esta imagen acaba atrayendo un contingente de migrantes que fija residencia en estos territorios de exclusión, principalmente a partir de los años 1980. Marcado por una serie de ocupaciones, el barrio Monte Cristo se encuadran en el contexto de los barrios de formación reciente de la ciudad de Florianópolis, con su población formada por personas expulsadas de las áreas centrales, y principalmente migrantes del Oeste Catarinense y Planalto Serrano, que encontraron allí una alternativa de vivienda relativamente próxima al centro de la ciudad. Ante el expuesto, se plantea como objetivo de este estudio analizar los aspectos sociales del PBA-CM, al mismo tiempo que trazamos los caminos de la población pobre de Florianópolis para entender la formación del Barrio Monte Cristo.

Palabras-clave: Habitar Brasil, Regularización, Florianópolis.

Abstract

This article presents a study about the Bom Abrigo project for the Chico Mendes (PBA-CM) region, developed between 1999 and 2007 by the City Hall of Florianópolis (Santa Catarina, Brazil) through the national program Habitar Brasil with resources from BID (Inter-American development bank). The land regularization project was implanted in the popular Monte Cristo district, on the border of the city of São José, and covers the Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória and Novo Horizonte communities. This project is considered as a symbolic landmark referring to the way urban poverty is historically treated by the public power of the city of Florianópolis. The PBA-CM, by focusing on the physical aspect of regularization, reveals itself as a landscape treatment of poverty, with serious consequences for the communities involved, specially the deepening of social-spatial segregation. The contemporary image of Florianópolis was built at the expense of territorial exclusion of large populations over many decades. Paradoxically, this image ends up attracting a contingent of migrants who fix residence in those exclusion territories, mainly from the years 1980. Marked by a series of occupations, the Monte Cristo district is inserted in the context of the newly formed districts of the city of Florianópolis, having its population consisting of expelled people from the central areas, and mainly migrants from the West of Santa Catarina and Planalto Serrano, who found there a dwelling alternative relatively close to the center of the city. In the light of the above, the purpose of this study is to analyze the social aspects of the PBA-CM, at the same time as tracing the ways of the poor population of Florianópolis to understand the formation of the Monte Cristo district.

Key-words: Habitar Brasil, Urban Land Regularization, Florianópolis.

Introdução

“Você sabe melhor do que ninguém, sábio Kublai, que jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve. Contudo, existe uma ligação entre eles.” (Ítalo Calvino em As Cidades Invisíveis).

A cidade de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, localiza-se no litoral sul do Brasil e é composta geograficamente por uma ilha e uma porção continental. Margeando a via expressa que dá acesso à cidade, há um grande grupo de edificações coloridas que chama a atenção dos que por ali passam (Figura 1, na página seguinte). Trata-se do Projeto Bom Abrigo para a região Chico Mendes (PBA-CM), desenvolvido entre 1999 e 2007 pela Prefeitura Municipal através do programa nacional Habitar Brasil com recursos do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). O projeto foi implantado no bairro popular Monte Cristo, na fronteira com o município de São José, e abrange as comunidades Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória e Novo Horizonte.

Este artigo apresenta um estudo sobre o PBA-CM, considerado como um marco simbólico referente a forma como a pobreza urbana é historicamente tratada pelo poder público da cidade de Florianópolis. O objetivo primeiro da intervenção foi o tratamento paisagístico do assentamento precário localizado no caminho de acesso à Ilha de Santa Catarina, amenizando o problema perante os olhos dos turistas que chegam à cidade.



Figura 1: Fachadas do Projeto Chico Mendes, em 2016. Fonte: Acervo pessoal de Amanda C. F. Pereira.

De fato, a história urbana de Florianópolis é marcada por uma *obsessão pela imagem*. Com as reformas sanitárias dos anos 1920, buscou-se a imagem de uma *cidade limpa e bela*. Nos anos 1950 – 1970, o desejo foi atribuir uma imagem *moderna* à capital. Já a década de 1990 é marcada por um novo objetivo, atrelado aos interesses do capital turístico-imobiliário, representado pela construção de uma imagem *paradisíaca* da cidade. A população pobre, evidentemente, não fez parte de nenhuma dessas imagens. Pelo contrário, estava no caminho das reformas urbanas que buscaram sua consolidação. Por isso, estão em constante movimento no território da cidade, em direção à terras menos valorizadas.

A imagem contemporânea de Florianópolis foi construída às custas da exclusão territorial de grandes populações ao longo de muitas décadas. Paradoxalmente, esta imagem acaba atraindo um contingente de migrantes que fixa residência nestes territórios de exclusão, principalmente a partir dos anos 1980. Foi nesse contexto que se formou o Bairro Monte Cristo.

Diante do exposto, coloca-se como objetivo deste estudo analisar os aspectos sociais do PBA-CM, ao mesmo tempo em que traçamos os caminhos da população pobre de Florianópolis para entender a formação do Bairro Monte Cristo. Para o desenvolvimento do estudo, partiu-se de um levantamento documental acerca da história da cidade e do bairro, juntamente com uma análise das plantas e documentos referentes ao projeto. Foram realizadas visitas à comunidade e entrevistas com moradores que se apresentaram como informantes-chave, a fim de entender a visão de cada um quanto ao projeto e suas relações de sociabilidade.

Florianópolis: três imagens de um território de exclusão

“Viver nas imagens, sejam passadas ou futuras, é uma característica florianopolitana. Tanto a história quanto o presente apontam para isso como um padrão. Ou as imagens divulgam passado e futuro como sendo o presente, ou mostram uma parte mínima da cidade representando o seu todo: frações temporais e espaciais”. (Lenzi, 2010, p.71).

Se a história de Florianópolis pode ser narrada a partir da ideia de uma sobreposição de imagens, pode-se dizer que, neste capítulo, nos dedicamos a revelar uma realidade excluída do enquadramento. A construção ideal de uma cidade bela e limpa, moderna e, por último, paradisíaca, acarretou na exclusão territorial de tudo aquilo que poderia destoar das imagens hegemônicas de cada época. As reformas urbanas motivadas por cada uma destas imagens obsessivas, historicamente, promovem o deslocamento das classes populares urbanas de

um lugar para outro, algumas vezes de forma direta (via remoção forçada) e, em outras, de forma indireta (como consequência da valorização da terra resultante das intervenções urbanas). A ideia de modernidade esteve presente no conteúdo das três imagens, em cada uma com um sentido particular, entretanto, em todas com um caráter de exclusão da pobreza.

De acordo com Santos (2009), desde o povoamento efetivo, iniciado por bandeirantes vicentistas no século XVII, passando pela colonização açoriana e a escravidão no século XVIII, a pobreza se mostra presente na cidade. No entanto, era um conceito de pobreza ligado à simplicidade dos meios de subsistência e a dificuldade de acesso à recursos básicos, não havendo forma de enriquecer devido ao isolamento da ilha.

O desenvolvimento econômico da cidade começa a ser percebido no século XIX, com a chegada de imigrantes e consequente formação de uma classe de grandes comerciantes ligada ao desenvolvimento do porto, que passa a dominar as relações econômicas e políticas. Entretanto, até a primeira metade do século XIX não havia uma divisão territorial clara entre ricos e pobres. O que os diferenciava era apenas as condições das moradias, não importando sua localização. Essas diferenças começaram a aparecer e se acentuaram durante a segunda metade daquele século.

No contexto de uma sociedade escravocrata, a medida que a população de livres e libertos aumentou durante o século XIX, as áreas próximas ao porto, que já eram habitadas por marinheiros e soldados, começaram a concentrar cortiços e habitações coletivas (organizadas em bairros como a Pedreira, Figueira, Tronqueira e Toca), enquanto as áreas centrais se tornariam o palco de futuras reformas almeçadas pela elite. Todo o século XX pode ser descrito como um período de grandes mudanças, modernização e melhoramentos urbanos para a ilha de Santa Catarina. Transformações, essas, que culminaram na exclusão das classes populares do centro da cidade. Conforme Santos (2009, p. 311), “Essa classe abastada começou a almejar uma cidade moderna e civilizada, passando a dar importância às questões urbanas como o abastecimento de água, as condições de salubridade da cidade e a fomentar novos parâmetros arquitetônicos e estéticos para a cidade, e morais para o comportamento do povo, que tiveram repercussões diretas sobre a ordem social e a organização do espaço da cidade.”

Década de 1920 – uma cidade limpa e bela

Nas duas primeiras décadas do século XX, criam-se as condições históricas para que o pensamento urbanístico sanitarista surgido na Europa fosse traduzido e colocado em prática nas capitais brasileiras. As áreas centrais de Florianópolis sofreram um intenso processo de reforma, com alinhamento, alargamento, prolongamento e abertura de novas ruas. Ao mesmo tempo, foram adotados parâmetros rígidos acerca da salubridade desses espaços, o que implicou na desapropriação e demolição de casas e cortiços.

Um marco desse momento foi a construção de um *boulevard* mediante a canalização do Rio da Bulha. Batizado de Avenida do Saneamento, atual Avenida Hercílio Luz, promoveu uma alteração em todo o bairro da Pedreira, com a demolição de inúmeras casas (Figuras 2, 3 e 4, na página seguinte). Houve uma série de desapropriações em suas margens, que ficaram reservadas para construção de prédios que contribuíssem para a nova imagem moderna da capital. A Avenida configurou um cinturão que delimitava o local onde a população pobre já não poderia mais viver (Santos, 2009).



Figuras 2, 3 e 4: Canalização Rio da Bulha e Avenida do Saneamento. Fonte: Muller, 2010 (Figura 2); Santos, 2009, pp. 511-512 (Figuras 3 e 4).

Como consequência das remoções, os pobres começaram a ocupar áreas irregulares, afastadas e sem infraestrutura, “Primeiro para as várzeas dos cursos de água e depois para os Morros de Florianópolis”. (Santos, 2009, p. 40). Nesse processo, os bairros Toca, Figueira e Tronqueira consolidaram-se como locais de refúgio para essa população, configurando-se os primeiros locais segregados da cidade. Já nesta época, a resolução do problema da falta de moradias foi delegada aos próprios atingidos pelas remoções, como demonstra o Artigo 1º da Lei Municipal nº 585 de 1927: “Ficam permitidas as construções de casas de madeira, com os requisitos higiênicos necessários, em terrenos fora da zona central da cidade, onde os proprietários possam abrir ruas e praças de forma que as referidas edificações não sejam visíveis das ruas ou das praças existentes.” (Müller, 2002, p.115). Assim ia sendo configurada a nova cidade: de um lado o centro moderno e organizado, símbolo do progresso, e de outro, o início da ocupação dos morros e áreas afastadas, tudo o que deveria ficar escondido.

1950/1970 – o discurso da modernização

Apesar dos esforços de modernização empreendidos na década de 1920, Florianópolis chegou aos anos 1950 sem alcançar a imagem de uma capital moderna, devido à crise comercial dos anos 1930 e 1940 pela qual passaram todas as cidades portuárias brasileiras. No início desta década, Florianópolis ainda era uma pequena cidade, caracterizada pelo atraso em relação às capitais industriais da época.

Buscou-se então alternativas que pudessem rapidamente tirar a cidade do atraso e dar a ela uma configuração de capital. Nesse contexto o discurso nacional-desenvolvimentista é o principal recurso político. Se a imagem da modernidade no período anterior associava-se à *belle époque* carioca (que, por sua vez, inspirou-se na Paris do século XIX), agora é a nova capital nacional, Brasília, que irradia os preceitos de uma cidade moderna.

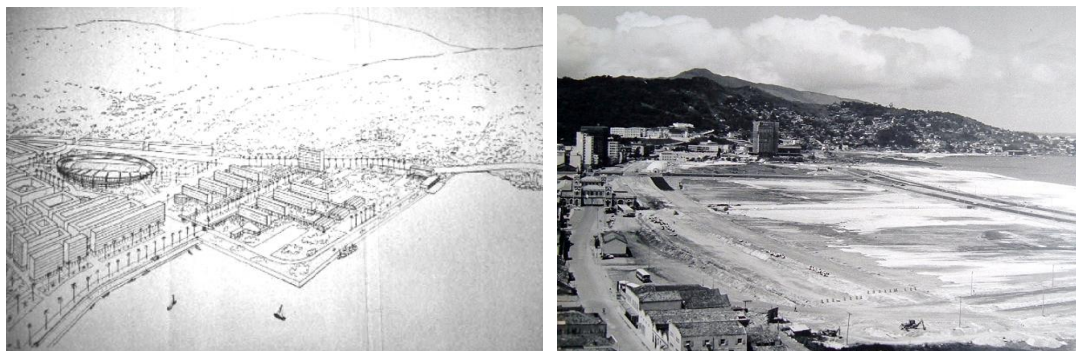
Em 1952, com a primeira proposta de um plano diretor para Florianópolis, era anunciada uma “cidade nova”. Segundo Lohn (2002, p. 86) “Toda concepção do plano é perpassada por essa necessidade de criar condições para o desenvolvimento industrial, única via possível para alcançar a modernidade”.

O plano formulado pelos arquitetos e urbanistas do escritório portoalegrense de Demétrio Ribeiro, deparou-se com uma cidade repleta de “becos de mínima largura”, ruelas desorganizadas e um traçado urbano colonial, sugerindo que “quaisquer que fossem as suas condições históricas, estavam falidas e deveriam ser rapidamente redirecionadas” (Lohn, 2002, p. 85), pondo à baixo e passando por cima de tudo o que estivesse impedindo o progresso.

Entretanto, a cidade projetada em 1952 não saiu do papel, pois baseava o desenvolvimento de Florianópolis em duas funções que na época já estavam em crise: a industrial e a portuária. Mesmo assim, a imagem da cidade trazida pelo plano manteve-se enquanto ideia, e ordenou

o crescimento urbano impulsionado pela expansão do serviço público pós Juscelino Kubitschek nas duas décadas seguintes.

Neste sentido, a área da Prainha, região próxima ao centro que constituía um dos principais alvos da intervenção proposta pelo plano (Figura 5), tornou-se realmente uma área de expansão da cidade, proporcionada através de sucessivos aterros. Somando-se ao aterro da região da prainha, o aterro da baía sul (Figura 6) começou a ser construído para viabilizar o novo acesso a ilha, que se daria através das duas novas pontes edificadas a partir de 1970. As pontes, por sua vez, ligaram a ilha à infraestrutura urbana conhecida como Via Expressa, que conecta as BRs 101 e 282 à cidade.



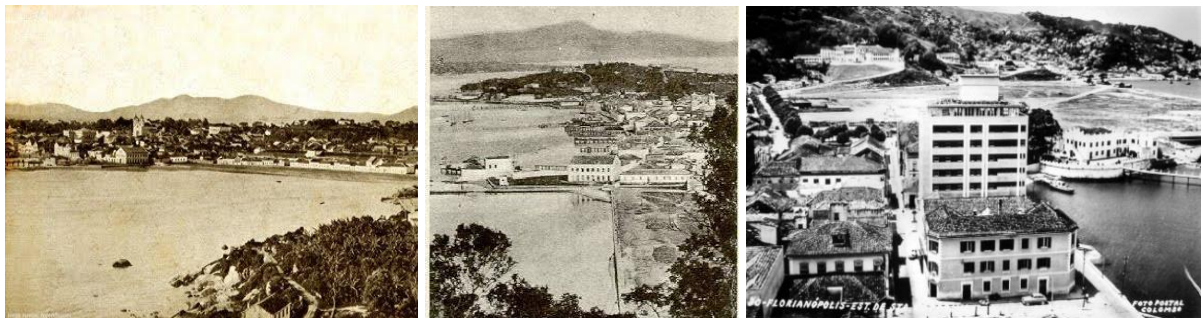
Figuras 5 e 6: Proposta de intervenção no Plano de 1952 e o aterro da prainha. Fonte: Lohn, 2002 (Figura 5); Damião, 2010 (Figura 6).

Segundo Lohn (2002), o aterro da baía sul causou uma “profunda mudança urbana em Florianópolis, com a passagem de uma cidade marítima para uma cidade rodoviária”. Ao mesmo tempo, as reformas modernistas do período afastaram ainda mais os pobres da Ilha de Santa Catarina, que começava a se preparar para ser o território exclusivo que se efetivou na década de 1990. A construção das pontes viabilizou o movimento da população pobre em direção à porção continental da cidade. “Em Florianópolis, este processo de migração e de expansão dos assentamentos precários se mostrou preocupante a partir da década de 70 do século XX, quando foi registrado o crescimento acelerado e desordenado da cidade, com a implantação de grandes obras viárias, instalação de sedes de empresas estatais, assim como de Universidades Públicas e o êxodo rural.” (Silva, 2008, p. 26).

Concomitantemente a isso, a partir dos anos 1970, com o desenvolvimento do turismo, a ideia é esconder a pobreza e afastá-la do caminho dos visitantes. Nesse período os expulsos da ilha encontram-se com os migrantes vindos do campo. Este encontro se dará na parte continental da cidade, como na localidade de Monte Cristo, objeto de análise deste ensaio. A formação do Bairro Monte Cristo, portanto, está diretamente ligada a este período da história urbana da cidade.

Segundo o relato de Amorim (para Nuernberg, 2009, p. 66), morador do Monte Cristo, a origem do bairro relaciona-se com a obra de aterro da baía sul, nos anos 1970. “A comunidade começou a ter um grande fluxo de povoamento quando as famílias que moravam na Prainha foram trazidas para cá — devido ao aterramento que foi feito para construir a ponte que liga a Ilha ao Continente. A minha era a única casa aqui nesse topo, a povoação era feita em torno do morro, mas aqui no alto não, até que O ‘Sete’ - ex-morador da Prainha - começou a vender os terrenos aqui do alto e toda essa região também foi povoada, havendo uma ocupação em massa. Nessa época a comunidade era chamada de ‘Pasto do Gado’, assim chamada porque realmente era um pasto em que colocavam e soltavam o gado que traziam da Serra até os venderem e levarem para os matadouros.”

Ao longo da história, a Prainha sofreu acréscimo de 3 aterros. O primeiro (Figura 7) data do final do século XIX e objetivou retilinizar a margem. É importante destacar que esta área foi destino de algumas famílias removidas das margens do canal da Bulha para construção da Avenida do Saneamento na década de 1920. Neste momento, a Prainha se configurava como uma área marginal da cidade, utilizada inclusive como depósito de lixo. Já o segundo aterro (Figura 8), datado da década de 1950, tinha a função geral de “criar espaço”: “O aterro da Prainha é um bom exemplo destes sucessivos avanços sobre as águas que, por serem de ‘mar manso’, se prestam a este processo de retificação artificial de orla.” (Santos, 1997, p. 28). Por fim, nos 1970, este pequeno aterro foi incorporado ao grande aterro da baía sul (Figura 9), momento em que houve as remoções forçadas e mudança das famílias para o Pasto do Gado, no continente, originando o bairro Monte Cristo (Nuernberg, 2009)



Figuras 7, 8 e 9: Os três aterros da Prainha. Fonte: Muller, 2010 (Figuras 7 e 8); Damião, 2015 (Figura 9).

1990 - a imagem contemporânea de Florianópolis

O turismo desenvolve-se na cidade desde os anos 1970, entretanto, é a partir dos anos 1990 que esta atividade é assumida enquanto “vocação” pela administração pública e, conseqüentemente, como discurso pelo capital imobiliário. Para sustentar este discurso investiu-se, utilizando das modernas técnicas do *city marketing*, em uma nova imagem para a cidade: a de uma ilha paradisíaca. Nesse contexto, o que passa a orientar a urbanização é a lógica do capital turístico-imobiliário, e a ideologia urbanística alinha-se ao Planejamento Estratégico.

Através de peças publicitárias, a cidade passou a ser caracterizada como “a melhor cidade para se viver”, conforme o discurso oficial da prefeita municipal do período, Ângela Amin Helou: “Florianópolis, seja na sua parte insular ou no território continental, suscita a todos que aqui chegam a possibilidade de sonho. Um verdadeiro paraíso delimitado por belezas naturais que se manifestam de maneira ímpar [...] Uma cidade sem preconceitos, que acolhe a todos, materializando os mais diferentes sonhos. Desde viagens imaginárias no tempo através dos seus prédios históricos até um reencontro íntimo com a natureza [...] Tudo isso numa simbiose com o sonho de um futuro com qualidade de vida, pautado num desenvolvimento ordenado. Entrando no próximo século e num novo milênio onde a vida atribulada se torna marcante, Florianópolis distingue-se por esse detalhe: o sonho. Um sonho que só aqui será capaz de ser realizado” (Helou, 1998 apud Lenzi, 2010, p. 90).

Esse marketing contribuiu positivamente para o mercado imobiliário e empreendimentos de alto padrão, culminando no aumento dos preços dos imóveis e do custo de vida na cidade. Nesse cenário, as pessoas de classes populares iam pouco a pouco deixando as áreas mais valorizadas e rumando a locais mais afastados da cidade, onde o valor dos imóveis e o aluguel seriam mais baixos. Paralelamente, a criação dessa imagem onírica acaba sendo um dos grandes atrativos aos inúmeros migrantes que chegam a cidade nos anos 1980/1990. “O

aumento da migração de populações pobres coincide com o grande aumento dos preços da terra na região. [...] Os mais pobres são assim compelidos a ocupar as franjas e os interstícios mais indesejáveis do espaço da cidade. As periferias continentais onde o preço dos lotes ainda é acessível tornam-se tão longínquas que o custo dos transportes tende a inviabilizar o trabalho, agravando a pobreza pela redução da renda. Muitas populações optam pelas localizações mais próximas à zona central do aglomerado urbano. Os morros mais centrais já haviam sido ocupados por populações mais antigas. Os novos migrantes dirigem-se então para as áreas mais elevadas, mais íngremes e mais instáveis dos morros para permanecer no centro.” (Pimenta, 2009, p. 7).

Com a grande chegada de migrantes, aliada ao aumento do preço dos imóveis na cidade, agravou-se a falta de moradias. Nesse contexto é que se começou a pensar em projetos de habitação popular, e, sendo o Bairro Monte Cristo um dos principais atingidos pelo inchaço populacional, foi um dos principais alvos desses projetos.

Bairro Monte Cristo

Marcado por uma série de ocupações, o Monte Cristo insere-se no contexto dos bairros de formação recente da cidade de Florianópolis, tendo sua população formada por pessoas expulsas das áreas centrais, e principalmente migrantes do Oeste Catarinense e Planalto Serrano, que encontraram ali uma alternativa de moradia relativamente próxima ao centro da cidade (Figura 10). O Monte Cristo é atualmente um dos dez maiores bairros da capital e conta com uma população de aproximadamente 18.000 habitantes, segundo o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

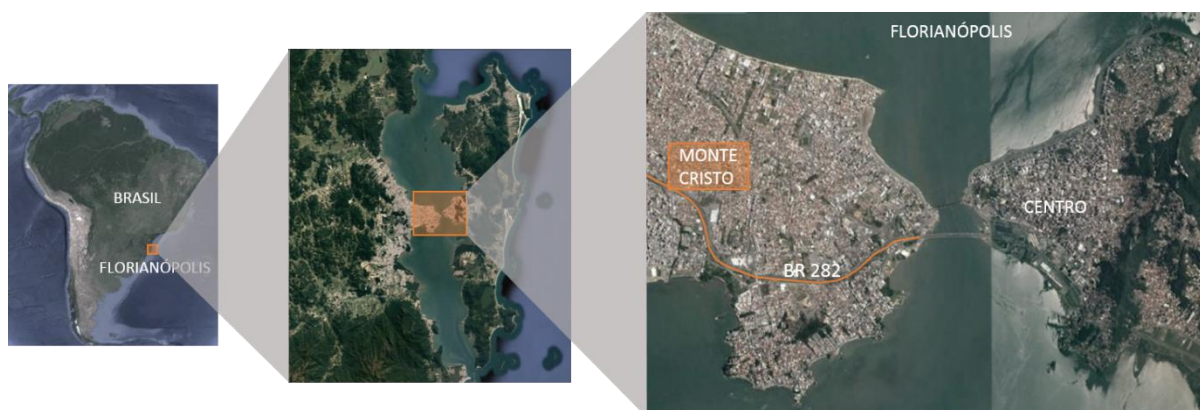


Figura 10: Localização da área de estudo. Fonte: Elaborado por Amanda C. F. Pereira.

Até o início da década de 1980, o bairro era conhecido como “Pasto do Gado”, devido ao local ser repleto de pasto, onde algumas famílias da região levavam seus gados para pastar. Foi nesse contexto que tiveram início as ocupações e o estabelecimento das primeiras comunidades, pioneiras da configuração do local. Desde sua formação, o bairro cresceu de forma acelerada, estando hoje dividido em 9 comunidades: Nossa Senhora da Glória, Novo Horizonte, Chico Mendes, Nova Esperança, Santa Terezinha I, Santa Terezinha II, Promorar, Panorama e a que carrega o nome original do bairro, Monte Cristo (Figura 11). A história do bairro é caracterizada por lutas pela terra e moradia. Cada uma das 9 comunidades que o compõem, possui uma história, diretamente ligada à sua formação¹.

¹ Segundo Nuernberg (2009, p. 67) “A Região do Monte Cristo passou a ser chamada dessa forma quando o transporte público ampliou a linha de ônibus do Monte Cristo, a fim de circular em todas as comunidades da região. Dessa forma as comunidades ao redor de Monte Cristo foram gradativamente incorporadas, de forma simbólica,



Figura 11: Mapa de localização das comunidades que compõem o bairro Monte Cristo. 01 - Nossa Senhora da Glória; 02 - Chico Mendes; 03 - Novo Horizonte; 04 - Monte Cristo (Pasto do Gado); 05 - Promorar; 06 - Panorama; 07 - Nova Esperança; 08 - Santa Terezinha II; 09 - Santa Terezinha I (Grotta).
Fonte: Abreu, 2013. Adaptado por Amanda C. F. Pereira.

As primeiras comunidades a se estabelecerem foram Santa Terezinha I e Monte Cristo, que ocuparam espontaneamente o antigo Pasto do Gado após serem removidas da área da Prainha. No final dos anos 1980 a área começa a ser ocupada por migrantes, originando uma nova comunidade de ocupação espontânea chamada Chico Mendes (Figuras 12 e 13). “A partir do ano de 1987, várias famílias provenientes de diversas cidades do Estado, mais precisamente de Lajes, São Miguel do Oeste, Curitiba, e Chapecó, ocuparam uma área que era destinada a mais um conjunto habitacional (apartamentos), construindo ali suas residências. A área apropriada por essas famílias passou a se chamar CHICO MENDES.” (Rosa, 2005, p. 72).



Figuras 12 e 13: Início da ocupação e estabelecimento das comunidades. Fonte: Acervo pessoal de Donizeti Lima – Casa Chico Mendes.

Segundo Peres (2000 apud Rosa, 2007), 40% da população residente na Chico Mendes é procedente de áreas rurais, “Dessa forma, o autor aponta para o processo de distribuição de terras e de ocupação do Brasil e a ausência de política agrícola adequada como a raiz dos problemas urbanos, inclusive o da carência de habitação”. (Rosa, 2007, p. 33). Isso explica a origem destes migrantes de cidades como Lajes e Curitiba, localizadas no Planalto Serrano, região que apresenta a estrutura fundiária mais anti-democrática do estado de Santa Catarina, composta por grandes propriedades de pecuária extensiva com pouca exigência de

ao Bairro Monte Cristo, conforme detalha Amorim: O ônibus só passava nessa região, quando passou a circular em todas as comunidades — que vinham ampliando — estas se incorporaram ao nome de Monte Cristo, mas cada comunidade é uma.”

mão de obra. A migração a partir de cidades do oeste como Chapecó e São Miguel possivelmente deva-se a superexploração do campo por parte das agroindústrias.²

Entre 1990 e 1991 forma-se a Novo Horizonte, primeira ocupação organizada da região, composta por cerca de 90 famílias. Após o estabelecimento da Novo Horizonte, a ocupação espontânea Chico Mendes se reorganizou. A comunidade Nova Esperança também se caracteriza como uma ocupação organizada, estabelecida no ano de 1991 por um grupo de cerca de 50 famílias que já ocupara anteriormente um terreno na Coloninha no ano de 1980/81. As comunidades Nossa Senhora da Glória e Santa Terezinha II foram outras comunidades que ocuparam espontaneamente a área na década de 1990.

Em todo este histórico, uma entidade chamada CAPROM (Centro de Apoio e Promoção do Migrante), fundada por religiosos, sindicalistas, estudantes e militantes (Lima, 2014) teve papel fundamental para organização das ocupações e das comunidades. Com apoio do CAPROM, a partir da década de 1980, marcada pelo ideário da democracia, as comunidades do Monte Cristo se organizaram e fundaram suas associações de moradores, a fim de reivindicarem direitos e uma melhor qualidade de vida. Cada uma das 9 comunidades fundou sua associação, estabelecendo lideranças e laços de sociabilidade. Da união de todas as associações, formou-se a Carmocris (Conselho das Associações de Moradores da Região do Monte Cristo).

Como parte da luta por direitos e pela terra, organizou-se em 1989 e 1990 duas Romarias dos Sem Teto em Florianópolis. O lema da primeira romaria, que partiu da Chico Mendes, foi “Terra é para morar e não para especular” (Lima, 2014).

A intervenção do Estado na região deu-se inicialmente pela inserção de projetos habitacionais ainda no final dos anos 1980, dentre eles o Promorar (BNH), para onde foram realocadas algumas famílias do Monte Cristo, o Panorama em 1986, a Nova Esperança 1992 e algumas ações da COHAB com projetos e execução de casas populares. Houve ainda uma intervenção da prefeitura com os recursos do Programa Habitar Brasil, iniciado em 1997, com construção de 142 habitações, um alojamento provisório, uma unidade multifamiliar com os espaços comunitários e algumas obras de infra-estrutura. Estas intervenções também implicaram em remoções, gerando novos conjuntos habitacionais nas proximidades. Na mesma época, muitas famílias também foram removidas em virtude das obras para viabilizar o acesso aos grandes empreendimentos Big e Havan nas proximidades (Rosa, 2007).

Nesse contexto de intervenções habitacionais no Bairro Monte Cristo, tem-se no ano de 1999 a proposta que daria início à maior ação da administração municipal no campo da habitação social, o Projeto Bom Abrigo – Chico Mendes (PBA-CM).

Projeto Bom Abrigo – Chico Mendes

O projeto PBA-CM foi financiado pelo Programa Nacional Habitar Brasil BID e operacionalizado através do Projeto Municipal “Bom Abrigo: Urbanização, Habitação e Desenvolvimento Comunitário”. As 365 unidades foram executadas pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, no período de Janeiro de 2001 a Junho de 2007. Contemplou as comunidades Novo Horizonte, Chico Mendes e Nossa Senhora da Glória. Em virtude do

² Mesmo assim, a estrutura fundiária do interior de Santa Catarina ainda pode ser considerada “democrática”, se comparada ao restante do Brasil, pois predomina a pequena propriedade e há grande presença de cidades médias (Correa, 1989). Como prova, nossa capital não configura-se como a maior cidade do estado.

projeto, essas três comunidades são conhecidas hoje como a Região Chico Mendes ou o Complexo Chico Mendes, com aproximadamente 3.000 domicílios, segundo o Censo de 2010 do IBGE.

As comunidades em questão ficam à margem da via expressa, principal via de acesso à Florianópolis e fazem divisa com dois grandes empreendimentos comerciais (Big e Havan), localização que dá grande visibilidade à área. “A visível localização da Região Chico Mendes, a péssima situação das habitações e o contínuo processo reivindicatório da comunidade pela melhoria de suas condições de vida foram fundamentais para que a região fosse a primeira do Estado a receber recursos advindos do Programa HBB” (Rosa, 2007).

O Processo

O Programa Habitar Brasil BID foi implantado no ano 2000 pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República com o objetivo de “contribuir para elevar os padrões de habitabilidade e de qualidade de vida das famílias, predominantemente aquelas de baixa renda, que residem em assentamentos subnormais, bem como estimular os governos municipais a desenvolver esforços para atenuar os problemas dessas áreas” (Cardoso, 2005, p. 10), contando com aporte financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento. O BID, além do financiamento, ofereceu também uma ideologia e um discurso que “prioriza a democracia participativa em detrimento da representativa, a participação comunitária e a importância de considerar a situação histórica, cultural e econômica da população envolvida” (Rosa, 2007, p. 59). Entretanto, segundo Rosa (2007, p. 59), “as ações do Projeto Bom Abrigo [...] e, mais ainda, a fala dos moradores, particularmente a dos entrevistados nessa pesquisa, traduzem contradições e uma desarticulação entre o dito, o planejado e o realizado.”

Segundo relatos de líderes comunitários, as reuniões realizadas entre a Prefeitura e a comunidade, tinham o papel apenas de esclarecer dúvidas, e não de receber sugestões: “Foi um projeto que veio pronto, é rígido, não foi totalmente discutido com os moradores, o que os deixou sem escolha.” (Rosa, 2007, p. 94). A participação popular ficou apenas no discurso e, como consequência, não foi respeitada a questão histórico-cultural das comunidades expressa pela organização territorial destas, que foi totalmente ignorada.

As comunidades foram tratadas como se fossem uma só; os laços de vizinhança foram rompidos a partir do momento em que as famílias foram sendo realocadas dentro do território de intervenção do projeto. “Por um lado, as ações do Programa HBB acabaram por desmobilizar parte da população por causa das mudanças de endereços e consequente perdas das relações de sociabilidade. [...] Essa reestruturação do espaço físico resultou em novos encaixes sociais, ou seja, em novas redes de sociabilidade.” (Rosa, 2007, p. 29).

O anúncio da liberação dos recursos para o projeto ocorreu em outubro de 1999, pela Prefeitura Municipal, e o contrato com a União, assinado em 2000. Após isso, teve início o cadastro socioeconômico e as assinaturas dos termos de adesão pelos moradores, o que foi concluído no fim de 2000, e avaliado pela Prefeitura como satisfatório, com 89% dos termos assinados. De acordo com relatos de moradores, a maioria não tinha ideia do que estava assinando. Foram bastante persuadidos, pois o projeto contratou pessoas das próprias comunidades para fazer esse cadastro, levando em conta que poderiam convencer os moradores mais facilmente.

Com o mínimo de 80% dos termos de adesão assinados, conforme exigência da Caixa Econômica, a região foi então dividida em 5 setores e as obras foram iniciadas. Durante as

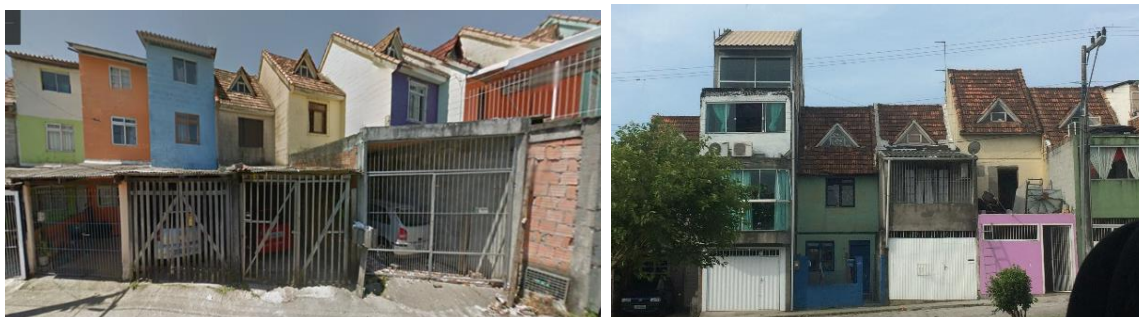
obras, há registros de graves violações de direitos e desrespeito à dignidade humana. Segundo relato de uma moradora: “Foi assim, por que daí a gente morava na Chico Mendes naquela época aí eu até levei uma surpresa, porque a gente não sabia que lá na minha casa onde eu morava ia sair uma rua, que na verdade nem saiu nada. Que eles também só iludiram nós daquela vez. [...] Daí falaram assim para nós: Ah! Tem um projeto que essa casa vai ter que sair! Essa casa vai ter que sair e vocês têm o prazo de dois dias, um dia para se mudar. Aí foi uma coisa que pegou todo mundo de surpresa mesmo né, eu não conhecia o projeto deles, não sabia que ia sair essas coisas.” (Fala de uma moradora, in Rosa, 2007, p. 95)

O Produto

A planta geral das casas apresenta 42m², composta por sala, cozinha, lavanderia e banheiro no térreo e 2 quartos do primeiro andar. Há ainda algumas variações desta planta, por exemplo, imóveis um pouco maiores que foram destinados à famílias muito numerosas, outros com sala comercial e depósito no térreo destinadas ao comércio, e ainda imóveis com um quarto no térreo destinados a famílias com idosos ou deficientes físicos.

O principal problema enfrentado pelos moradores é a falta de flexibilidade da habitação e o tamanho limitado dos cômodos, que implicou na necessidade de adquirir móveis novos. Houve também a despesa do acabamento da moradia, já que as casas foram entregues com o interior pintado a cal, sem piso, forro e muitas vezes sem escadas. As unidades também não apresentavam garagem, apesar da reivindicação dos moradores nas assembleias com a Prefeitura. Como consequência, uma das marcantes modificações realizadas pelos moradores nas habitações é justamente a construção de uma garagem na parte frontal (Figura 14).

Em geral, as habitações não têm lugar para o quintal, um espaço para estender roupa ou para as crianças brincarem. “Não tem espaço pra nada [...]. Eu não tenho espaço nenhum [...] não tem quintal. E pra cima não tem como fazê mais, porque do jeito que eles fizeram tá rachando, né, porque a fundação que eles disseram que iam fazê eles só fizeram uma valetinha dessa alturinha e daí botaram um pouquinho de cimento e já começaram a montá as casas. Não é que nem antigamente que eles faziam aquelas sapatatas que eles diziam que é bem reforçada”. (Fala de um morador, in Rosa, 2007, p. 100). A única possibilidade de expansão é para cima, criando novos andares sobre a frágil estrutura. Muitos moradores acabaram construindo um terraço ou varanda para suprir a necessidade de um espaço livre. (Figura 15)



Figuras 14 e 15: Garagens e ampliação das casas. Fonte: Google maps (Figura 14); Acervo pessoal de Amanda C. F. Pereira (Figura 15).

Um dos principais ganhos da comunidade com o projeto foi o fato dos moradores passarem a ter um endereço, para receber o correio, entregas e etc. Além disso, com o território reconhecido pela Prefeitura, passou a ter coleta de lixo e policiamento. A implantação de

infraestrutura, água, esgoto e iluminação também foi um ganho importante para os moradores.

Entretanto, surpreendentemente, o caráter jurídico da regularização fundiária não se efetivou: “13 anos depois, nenhuma casa tem escritura, a maioria está em situação irregular e poucas ainda mantêm os padrões estabelecidos pelo programa.” (Magri, 2014). Segundo Rosa (2007, p. 107):

“As famílias que por algum motivo não queriam entrar no projeto, mas não tiveram escolha, culpam o projeto pelo fato de que agora precisam pagar um “aluguel”, referindo-se à prestação do imóvel. Na hora de sua implantação não foram ouvidas, não houve uma discussão democrática, mas agora as famílias precisam pagar pelas casas e parece que na visão dos moradores o pagamento é visto como injusto.”

Violência versus Cultura Jovem

Essa reestruturação do espaço resultou em novos encaixes sociais na região, o que, sem acompanhamento e assistência às comunidades, fez com que novos problemas se instalassem. O bairro passou a ser dominado por duas facções rivais em constante disputa pelo tráfico de drogas, o que fez a violência aumentar. “Então essa questão humana mesmo, de acompanhar a família, de acompanhar a pessoa, de dar essa orientação, até a parte educativa, tudo...tudo a gente assim que foi uma falha muito grande, ficou a desejar porque de fato não teve. O pessoal simplesmente era tirado, colocado, trazido, essa questão assim. A pessoa mesmo ficou em segundo plano, em primeiro ficou a questão da construção, a visibilidade, a obra e a pessoa não e o projeto previa isso, só que na prática não aconteceu.” (Fala de uma moradora, in Rosa, 2007, p. 105).

Atualmente, o bairro Monte Cristo caracteriza-se como o principal ponto do conflito entre traficantes na cidade de Florianópolis, o que se passa exatamente nas comunidades Chico Mendes (dominada pelo PGC, Primeiro Grupo Catarinense) e Novo Horizonte (aliada ao PCC, Primeiro Comando da Capital). Há apenas uma rua dividindo as duas comunidades, Rua Joaquim Nabuco, que ganhou o apelido de “Faixa de Gaza”.

Em meio a tamanho caos, algumas atividades de cunho social são desenvolvidas nas comunidades, em sua maioria, por iniciativa dos próprios moradores. Como é o caso da Casa Chico Mendes, que surgiu nos anos 1990, com o objetivo de “desenvolver ações junto às crianças, adolescentes, jovens e famílias para que possam vivenciar experiências que contribuam para a humanização das relações, resgate da auto estima e construção da cidadania.” (Casa Chico Mendes, 2009).

Lima (2014) reflete a partir de Sposito (1994) que “a presença do RAP [...], estilo musical bastante difundido nos meios de comunicação de massa, mas que também se torna prática de produção cultural, manifesta no surgimento de inúmeros grupos de rap integrados ao movimento hip hop, possibilitando novas formas de sociabilidade.” Esses acontecimentos são entendidos por Sposito (1994 apud Lima, 2014), como produto da sociabilidade juvenil, reveladora de uma forma peculiar de apropriação do espaço urbano e do agir coletivo, capaz de mobilizar jovens excluídos em torno de uma identidade comum.

“Atualmente a Comunidade Chico Mendes não é exatamente constituída por barracos. Estes existem, mas não se sobressaem na paisagem de uma comunidade urbanizada. Urbanizada, mas habitada por pessoas com duas impactantes características aos olhos de uma parcela

da população. São coitados ou perigosos. É uma população sobre quem pesam estigmas, mitos. É uma identidade virtual em oposição à identidade real”. (Lima, 2014, p. 90)

Considerações finais

De forma geral, o PBA-CM reproduz as formas de atuação das políticas de regularização fundiária desenvolvidas na América Latina a partir dos anos 1980, no contexto do neoliberalismo. Segundo Fernandes (2005, p. 7) “ao invés de promover a integração socioespacial, esses programas acabariam por agravar os procesos de segregação”. Foi o que aconteceu com as comunidades envolvidas com o projeto, que hoje tornaram-se uma área dominada pelo tráfico, com a sociabilidade interrompida pela violência. A segregação não ocorre apenas em relação à cidade. O projeto não levou em conta as redes de sociabilidade existentes, o que acabou por quebrar os laços entre os moradores e promover um processo de segregação dentro das próprias comunidades.

Em uma avaliação das experiências de urbanização de favelas dos anos 1980 e 1990, Cardoso (2007, p.19) também aponta uma questão identificada na análise do PBA-CM: “as experiências têm avançado bastante no equacionamento da situação física dos assentamentos, mas têm revelado limites para a efetivação da regularização plena”. O projeto se restringiu apenas à parte técnica, o que acabou por desencadear diversos problemas.

Esses fatos revelam a importância do conceito de Trabalho Técnico Social que passou a ser exigido a partir da Lei da Regularização Fundiária e do Minha Casa Minha Vida (Lei 11.977/2009). O Trabalho técnico social é um conjunto de ações a serem realizadas antes, durante e depois do projeto de regularização fundiária, que visam promover o protagonismo social dos envolvidos, criando mecanismos de participação e incentivando a gestão participativa do projeto.

Por fim, conforme aponta Fernandes (2005, p. 2) é “crucial que se faça uma reflexão crítica acerca desses programas [...] em parte para permitir que os erros já cometidos não sejam mais repetidos.”

Referências

Abreu, M. J. (2013). *Gestão comunitária de resíduos orgânicos*. Dissertação (Mestrado profissional) - UFSC, Florianópolis. Recuperado em 14 de novembro de 2016 de <<http://www.bu.ufsc.br/teses/PAGR0310-D.pdf>

Calvino, I. (1990). *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras.

Cardoso, B. K. (2005). *Regularização Fundiária e o Programa Habitar Brasil BID em Santa Catarina: uma avaliação*. (MBA). Centro de Educação Superior – Única. Florianópolis.

Cardoso, A. L. (2007). *Urbanização de favelas no Brasil*. Anais do XII Enanpur. Belém.

Casa Chico Mendes. (2009). *História*. Recuperado em 10 de agosto de 2016 de <http://casachicomendes.blogspot.com.br/2009/06/historia.html>

Correa, R. L. (1989). *A rede urbana*. São Paulo: Atica.

Damião, C. (2015). *Memória de Florianópolis*. Recuperado em 10 de novembro de 2016 de <http://ndonline.com.br/florianopolis/coluna/carlos-damiao/>

- Damião, C. (2010). *A triste sina do aterro*. Recuperado em 22 de outubro de 2016 de <https://carlosdamiao.wordpress.com/category/uncategorized/page/2/>
- Fernandes, E. (2005). *Políticas de regularização fundiária*. Anais do XV Congresso Internacional de Direito Registral. Fortaleza, Brasil.
- Lenzi, M. H. (2010). *Das imagens, a ausência*. Dissertação (Mestrado) - UFSC, Florianópolis. Recuperado em 10 de março 2017 de <http://www.tede.ufsc.br/teses/PGCN0425-D.pdf>.
- Lima, D. J. (2014). *Vida loka também ama*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Lohn, R. L. (2002). *Pontes para o futuro*. Tese (Doutorado) – UFRGS, Porto Alegre. Recuperado em 10 de outubro de 2016 de <http://hdl.handle.net/10183/28977>
- Luís F. P. (2009). *Habitação popular e espaço urbano na região metropolitana de Florianópolis*. Anais do 12 Encontro de Geógrafos da América Latina. Montevideo.
- Magri, K. (2014). *Florianópolis tem 52 mil pessoas que moram em áreas irregulares*. Recuperado em 17 de janeiro de 2017 de <https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias>
- Müller, G. R. R. (2002). *A influência do urbanismo sanitaria na transformação do espaço urbano em Florianópolis*. Dissertação (Mestrado) - UFSC, Florianópolis. Recuperado em 10 de outubro de 2016 de <http://www.tede.ufsc.br/teses/PGCN0211.pdf>
- Muller, J. (2010). *A Ponte e suas relações*. Recuperado em 10 de outubro de 2016 de <http://floripendio.blogspot.com.br/2010/06/ponte-e-suas-relacoes.html>
- Nuernberg, A. P. (2009). *O Movimento sócio-comunitário do Monte Cristo*. TCC (Graduação) - UFSC, Florianópolis. Recuperado em 10 de outubro de 2016 de <http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial285243.PDF>
- Rosa, A. P. (2005). *O trabalho precoce sob a ótica das famílias inseridas no PETI/Florianópolis - Bairro Monte Cristo*. TCC (Graduação) - UFSC, Florianópolis. Recuperado em 12 de julho de 2016 de <http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial287250.pdf>
- Rosa, E. P. (2007). *Gênero e habitação*. Dissertação (Mestrado) – UFSC, Florianópolis. Recuperado em 18 de novembro de 2016 de <http://www.tede.ufsc.br/teses/PSOP0280.pdf>
- Santos, A. L. (2009). *Do mar ao morro*. Tese (Doutorado) - UFSC, Florianópolis. Recuperado em 10 de setembro de <http://www.tede.ufsc.br/teses/PGCN0383-T.pdf>
- Santos, P. C. (1997). *Espaço e memória*. Dissertação (Mestrado) – UFSC. Florianópolis. Recuperado em 20 de novembro de 2016 de <http://www.bu.ufsc.br/teses/PHST0122-D.pdf>
- Silva, M. (2008). *A experiência do programa Habitar Brasil BID – Região Chico Mendes*. Dissertação (mestrado) - UFSC, Florianópolis. Recuperado em 10 de outubro de 2016 de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/91164>
- Tavella, M. (2015). *Moradores da comunidade Chico Mendes, em Florianópolis, pedem melhorias para prefeitura*. Recuperado em 12 de fevereiro de 2017 de <http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/>